

O PAPEL DO NÚCLEO DE APOIO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS (NAPNE) NA CONSTRUÇÃO DE UMA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA: UMA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Emilly Rafaela Lúcio de Lima¹

Thais Anita Silva Barros²

Everaldo Gomes Leandro³

RESUMO

Este trabalho traz um relato de experiência do estágio supervisionado realizado no Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) -Campus Campos do Jordão. Dessa forma, o objetivo principal é narrar e refletir sobre as propostas de atividades realizadas pela estagiária e o setor, com um estudante do 2º do Curso Técnico de Informática integrado ao Ensino Médio, que possui Deficiência Intelectual (DI), apresentando dificuldades de aprendizagem e, ainda, aquelas relacionadas aos aspectos emocional, social e psicológico. Primeiramente, é necessário ressaltar que o aluno possui um Plano Educacional Individualizado (PEI), no qual está descrito sobre seu percurso escolar e, a partir deste documento, foram traçadas ações de acompanhamento relacionadas aos atendimentos individualizados, à organização de horários de estudo e ao desenvolvimento de estratégias pedagógicas adaptadas às necessidades do aluno. A experiência permitiu observar os desafios enfrentados pelo estudante no processo de aprendizagem e refletir sobre a importância do apoio educacional na perspectiva da Educação Inclusiva. O relato destaca ainda o papel da estagiária na construção de práticas de ensino mais acessíveis e na promoção de uma educação mais equitativa.

Palavras-chave: NAPNE, Educação Inclusiva, Deficiência Intelectual, Ensino Médio, Propostas Pedagógicas.

INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVAS

A transição do século XX para o XXI trouxe mudanças de grande escala, especialmente na área da educação. O ciclo neoliberal enfraqueceu as instituições de ensino, mas o governo federal tem implementado políticas que buscam ampliar o acesso e a permanência de jovens e adultos nos sistemas de ensino (Pacheco, 2010).

¹Graduando do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - IFSP l.lucio@aluno.ifsp.edu.br;

²Pedagoga do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - IFSP, thais.anita@ifsp.edu.br;

³Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - IFSP, everaldo.gomes@ifsp.edu.br.





Nesse contexto, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia surgem a partir de 2008, como um modelo institucional inovador, com a missão de integrar educação, trabalho, ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável e inclusão social. Essas instituições se propõem a ir além do simples treinamento para o mercado de trabalho, busca formar um cidadão para o mundo do trabalho, que seja capaz de combater preconceitos e construir uma sociedade “radicalmente democrática e socialmente justa” (Pacheco, 2010).

Dentro dessa perspectiva, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) implementou o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), um órgão de natureza consultiva, executiva e de assessoramento (Brasil, 2022). A finalidade do napne é desenvolver ações, programas e projetos que contribuam para a inclusão escolar de pessoas com necessidades educacionais específicas, buscando garantir acesso, permanência e sucesso (Brasil, 2022). A atuação do napne está alinhada à Política Nacional de Educação Especial, constituindo um paradigma educacional fundamental que conjuga igualdade e diferença como valores inseparáveis. O órgão também se baseia em legislações como a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 — Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI).

Para que o trabalho inclusivo realizado pelo napne seja efetivo, ele deve se apoiar em uma compreensão integral do ser humano e dos processos de aprendizagem. Nesse sentido, compreendemos que a teoria de Wallon (1968) se mostra essencial ao conceber o desenvolvimento como um processo que integra os campos afetivo, cognitivo e motor, sendo a emoção um pilar para a construção do eu e da relação com o meio. Nessa perspectiva de suporte individualizado, a teoria sociointeracionista de Vygotsky (1991) oferece um sólido arcabouço. Ao postular que o desenvolvimento das funções psicológicas superiores como a abstração e a organização do pensamento, desafios centrais do aluno acompanhado ocorre por meio da interação social e da mediação. Assim, Vygotsky legitima a relevância das ações do napne. O acompanhamento pedagógico, nesse sentido, atua na Zona de Desenvolvimento Iminente (ZDI) do estudante, provendo o suporte necessário para que ele possa internalizar novos conhecimentos e desenvolver a autonomia.

Para aprofundar essa discussão, Rosita Edler Carvalho, em seu livro “Educação Inclusiva: com os pingos nos 'is'” (Carvalho, 2005), analisa a proposta de educação inclusiva,



buscando esclarecer os diversos significados do termo e as controvérsias existentes. A autora defende que a educação inclusiva não se resume à inserção de pessoas com deficiência nas turmas regulares, mas sim à reestruturação das escolas para atender às necessidades de todos os alunos. O foco principal do livro é a discussão sobre a necessidade de remover barreiras para a aprendizagem e para a participação. Essa abordagem vai além de uma visão “centrada no defeito” do aluno, propondo um modelo “social” que considera as variáveis que produzem a exclusão escolar (Carvalho, 2005).

Segundo a autora, a escola deve ser um espaço de acolhimento que valoriza a diversidade, compreendendo que a igualdade diz respeito aos direitos humanos, enquanto a equidade está em reconhecer as diferenças individuais e garantir oportunidades de acesso, ingresso e permanência com êxito para todos (Carvalho, 2005).

É a partir das bases teóricas apresentadas acima que o trabalho do napne do IFSP em Campos do Jordão se orienta e, nesse sentido, este relato de experiência tem o objetivo de narrar e refletir sobre as propostas de atividades realizadas pela estagiária e o setor, com um estudante do 2º do Curso Técnico de Informática integrado ao Ensino Médio, que possui Deficiência Intelectual (DI), apresentando dificuldades de aprendizagem e, ainda, aquelas relacionadas aos aspectos emocional, social e psicológico. Este relato foi elaborado pela primeira autora, Licencianda em Pedagogia no IFSP - Campus Campos do Jordão, em que buscou-se compreender e construir aprendizagens durante sua formação inicial docente, com o intuito de construir uma prática pedagógica inclusiva. Este trabalho se estrutura a partir da experiência do estágio supervisionado realizado pela primeira autora no napne em 2025.

METODOLOGIA

A presente pesquisa se configura como um relato de experiência com abordagem qualitativa, pautada em uma perspectiva de pesquisa-ação, um tipo de investigação que une teoria e prática, envolvendo os participantes na busca de soluções para problemas reais, com o objetivo de promover transformações no contexto estudado. Desse modo, a integração entre reflexão e prática, buscando mudanças significativas no contexto estudado e promovendo o desenvolvimento de conhecimento que seja, ao mesmo tempo, científico e útil para os participantes (Thiollent, 2011). O contexto de pesquisa é o napne e o participante da pesquisa



foi um aluno que possui Deficiência Intelectual (DI), com dificuldades em componentes curriculares de maior abstração, como matemática, português e história como também em algumas disciplinas técnicas, além de desafios relacionados à interpretação de textos, organização de ideias e autonomia. Sua experiência escolar prévia foi marcada por repetências, impactando diretamente sua autoestima e motivação. As ações de acompanhamento foram baseadas nos relatos de profissionais que o acompanham e no seu Plano Educacional Individualizado (PEI), e tais ações consistiram em atendimentos individualizados e intervenções pedagógicas adaptadas. A metodologia de trabalho e de construção dos dados consistiu em três etapas interdependentes: Observação Participante, Análise Documental/Conversa com docentes e Intervenção Pedagógica a partir de propostas de atividades.

A primeira etapa, a observação participante, se caracterizou pelo acompanhamento das rotinas do estudo do aluno e pela identificação de suas dificuldades e estratégias de aprendizagem em diferentes componentes curriculares. De acordo com Ludke e André (1986), a observação participante consiste na imersão do pesquisador no ambiente investigado, permitindo compreender os fenômenos a partir das interações e significados presentes no contexto. A estagiária cumpria os horários de atendimento no período da tarde com o aluno, que servia como sessões de reforço ou plantão de dúvidas de Matemática e outras disciplinas. Desse modo, a estagiária registrava o acompanhamento por meio de anotações em um caderno e auxilia parte da aprendizagem e os pontos conceituais de maior abstração para o estudante. Na segunda etapa, a análise documental/conversa com docentes, foram organizadas em um caderno de registro, detalhando as interações do estudante com os conteúdos, suas reações aos desafios e a forma como ele tentava resolver problemas. Consistiu também no diálogo com os professores e os profissionais que contribuem com o napne, como, os monitores que acompanham o aluno em suas aulas. Tais monitores, por exemplo, relataram que o aluno é calmo, tímido e interage normalmente com poucas pessoas, que em momentos de atividade avaliativa fica ansioso. Ainda nessa etapa de construção dos dados foi analisado o Plano Educacional Individualizado (PEI) do aluno. Esse documento foi utilizado como uma fonte de dados para compreender o histórico escolar do estudante, suas necessidades educacionais e as adaptações pedagógicas já recomendadas pela instituição. A abordagem



focou em aspectos como o histórico de repetências, as disciplinas que representavam maiores desafios em disciplina que necessitava de leitura interpretativa e organização lógica de ideias. Essa análise documental forneceu o embasamento teórico e prático necessário para o planejamento de intervenções personalizadas.

Dessa forma, cabe destacar que, enquanto estagiária, a atuação não teve como finalidade substituir o papel do professor ou conduzir o processo de aprendizagem de forma direta. O propósito consistiu em buscar estratégias que reforçassem e complementassem os conteúdos e práticas já desenvolvidos pelos docentes em sala de aula e nos horários de atendimento, de modo a favorecer o acompanhamento do estudante e o fortalecimento de sua aprendizagem.

A terceira etapa, intervenção pedagógica, foi o desenvolvimento de uma proposta de atividade com o estudante. A partir dos atendimentos individualizados semanais para apoiar o aluno na organização de estudos e no desenvolvimento de autonomia para resolver problemas, abordamos, por meio da proposta, as dificuldades em conceitos matemáticos, especificamente a trigonometria, pois foi a etapa da disciplina em que o aluno estava apresentando mais dificuldade naquele bimestre.

Desse modo, a estagiária buscou criar um jogo de tabuleiro adaptado, similar a uma batalha naval, que utilizava conceitos trigonométricos de maneira interativa. Essa proposta pedagógica teve como objetivo tornar o aprendizado concreto e engajador, permitindo que o aluno refletisse sobre as relações trigonométricas em um ambiente menos intimidador. A eficácia da intervenção foi avaliada por meio da observação do engajamento do aluno e de sua capacidade de aplicar os conceitos durante o jogo, demonstrando a importância de transformar temas abstratos em práticas acessíveis.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A fundamentação teórica deste trabalho se baseia em uma trajetória crítica sobre a educação inclusiva, que vai além da mera inserção de alunos com deficiência no sistema regular. A atuação no napne do IFSP, um órgão com natureza consultiva e executiva, alinha-se com a missão institucional de formar cidadãos críticos e socialmente justos. O napne busca promover a inclusão escolar de pessoas com necessidades educacionais específicas,



garantindo as condições necessárias para o acesso, a permanência e o êxito, além de uma melhor qualidade de vida com ética e cidadania.

A discussão central da pesquisa está alicerçada na obra de Carvalho, "Educação Inclusiva: com os pingos nos 'is'" (2005). A autora argumenta que a inclusão não se resume a colocar pessoas com deficiência em turmas regulares. Em vez disso, ela defende a reestruturação das escolas para atender às necessidades de todos os alunos, removendo barreiras para a aprendizagem e para a participação. Essa abordagem se afasta de uma visão "centrada" do aluno e adota um modelo social que considera as variáveis que produzem a exclusão escolar. Para Carvalho, a equidade é um princípio fundamental. Ela envolve reconhecer as diferenças individuais e garantir oportunidades de acesso e sucesso para todos, o que não significa dar a todos as mesmas condições, mas sim desigualar as condições para igualar as oportunidades. O conceito de barreiras para a aprendizagem e para a participação é central para este trabalho. Ele permite uma análise que vai além da visão patologizante, que atribui as dificuldades de aprendizagem apenas ao aluno, e se concentra nos mecanismos da escola e da sociedade que geram a exclusão. A intervenção potencialmente lúdica, por exemplo, é justificada por sua capacidade de transformar conceitos abstratos em práticas concretas e acessíveis, demonstrando que a superação de dificuldades pode ocorrer através de uma adaptação pedagógica, e não de uma "correção" do aluno.

A atuação do napne está prevista por regulamento interno do IFSP, que estabelece sua natureza consultiva e executiva. A instituição busca, através das ações do napne, promover uma cultura de convivência e respeito à diversidade, prestando apoio educacional e eliminando barreiras educacionais e atitudinais. Esse arcabouço teórico e institucional norteou a pesquisa, permitindo que a prática do estágio fosse analisada sob a luz da Educação Inclusiva em seu sentido mais amplo e crítico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO DAS PRÁTICAS INCLUSIVAS NO NAPNE

A experiência de estágio permitiu uma análise aprofundada dos desafios do estudante e da eficácia das intervenções pedagógicas direcionadas. A observação participante confirmou as dificuldades do aluno com conceitos matemáticos abstratos, como a trigonometria, e a



interpretação de enunciados, que muitas vezes o levavam a um estado de frustração e desmotivação. Tais barreiras, como aponta Carvalho (2005), não se limitavam apenas às suas capacidades individuais, mas eram agravadas pela estrutura tradicional de ensino que não oferecia os suportes necessários para um aprendizado significativo.

A experiência demonstrou que o apoio institucional do napne é importante para que o estudante com Deficiência Intelectual não seja apenas inserido, mas verdadeiramente integrado ao ambiente escolar, com as ferramentas e a confiança necessárias para trilhar seu próprio caminho acadêmico.

A análise dos dados, oriundos da pesquisa-ação, permitiu a sistematização dos resultados em três categorias: Barreiras de Aprendizagem, Eficácia da Intervenção Lúdica e Desenvolvimento da Autonomia.

1. Barreiras de Aprendizagem e a Análise Documental:

A observação participante confirmou que as principais dificuldades do aluno se manifestavam em disciplinas abstratas, como a Matemática. A trigonometria, por ser um tema complexo, gerava frustração e desmotivação, demonstrando uma barreira pedagógica que o modelo tradicional de ensino não conseguia transpor. Essa percepção foi reforçada pelos registros do Plano Educacional Individualizado (PEI), que apontam dificuldades de memorização, raciocínio lógico e interpretação de textos, além de necessidade de apoio constante para iniciar tarefas de forma autônoma.

De acordo com o relatório de monitoria de 2025, o estudante “apresenta dificuldade em iniciar as resoluções de matemática e insegurança até mesmo em dizer que não entendeu o que foi explicado”, necessitando de suporte para contas simples e auxílio das monitoras durante as atividades. O documento também destaca que a falta de interpretação de texto atrapalha o desempenho em todas as matérias, o que coincide com as observações participantes feitas durante o estágio.

O PEI ainda descreve que o aluno é organizado e comprometido, mas inseguro, com baixa autoestima, e recomenda incentivos constantes e atividades que utilizem materiais concretos e recursos visuais. Essas orientações demonstram que as barreiras de aprendizagem não se restringem às suas habilidades cognitivas, mas envolvem também aspectos emocionais



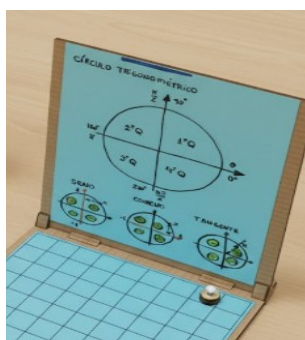
e sociais, o que reforça a importância de um acompanhamento que integre as dimensões afetiva, cognitiva e motora, conforme proposto por Wallon (1968).

Assim, a análise documental foi essencial para contextualizar as dificuldades observadas e compreender que os desafios de aprendizagem não se originam de um “déficit” individual, mas da ausência de respostas pedagógicas adequadas e acessíveis, reafirmando o paradigma inclusivo defendido por Carvalho (2005), que propõe remover as barreiras institucionais em vez de corrigir o aluno.

2. Engajamento e a Intervenção Lúdica:

A ideia do jogo de tabuleiro de trigonometria (Figura 1) surgiu como continuidade de outras estratégias aplicadas nos atendimentos de auxílio ao estudo, entre a estagiária e o aluno, buscando tornar os conceitos mais acessíveis e interativos. O jogo foi desenvolvido sobre papel cartão azul, com representação dos quadrantes e das funções seno, cosseno e tangente, e seus respectivos graus. Durante a atividade, o aluno movimentava as peças conforme cálculos trigonométricos, tornando os conceitos matemáticos abstratos mais concretos.

Figura 1: Modelo do jogo de tabuleiro de trigonometria.



Fonte: Elaboração própria (2025)

A intervenção com o jogo de tabuleiro de trigonometria mostrou-se particularmente eficaz ao remover a barreira do abstrato. Ao invés de lidar com fórmulas e gráficos no papel, o aluno manipulava o tabuleiro e as peças, tornando o aprendizado concreto e visual. O jogo auxiliou a prática de conceitos trigonométricos em uma atividade interativa, reduzindo a pressão e o medo de errar. A reflexão sobre esse resultado alinha-se diretamente com o referencial teórico de Carvalho (2005), que defende a necessidade de reestruturar a prática



pedagógica para criar oportunidades de aprendizado mais equitativas. O sucesso da intervenção não residiu na correção das "limitações" do aluno, mas na adaptação do método de ensino às suas necessidades, o que fortaleceu seu engajamento e autoconfiança.

. Os objetivos da atividade incluíam promover a compreensão prática da trigonometria, estimular a participação ativa e buscou trazer um momento de conforto durante os estudos com o jogo de tabuleiro de trigonometria. O jogo residiu em sua capacidade de tornar o abstrato em algo concreto, eliminando a pressão e a rigidez de uma aula tradicional. Esse resultado corrobora a teoria de Wallon (1968), que defende que a inclusão se concretiza com a reestruturação da prática pedagógica para criar oportunidades de aprendizado mais equitativas. A intervenção não buscou "consertar" o aluno, mas sim adaptar o método de ensino às suas necessidades, o que fortaleceu seu engajamento e a melhorar a autoconfiança sempre que vencia no jogo. O jogo foi desenvolvido sempre que o aluno tinha o período de estudo com a estagiária, e a prática repetida fez com que os conceitos se tornassem parte do cotidiano do aluno, facilitando a compreensão e a memorização. Esse processo descortina a Zona de Desenvolvimento Iminente (ZDI) de Vygotsky. Notou-se que a repetição do jogo durante os períodos de estudo favoreceu a compreensão dos conteúdos e permitiu que o estudante ganhasse maior segurança ao realizar cálculos trigonométricos. Nem sempre houve engajamento total, e nem todos os conceitos foram compreendidos de imediato, mas o jogo funcionou como uma ferramenta de apoio à aprendizagem. Os resultados obtidos evidenciam que, ao se reestruturar o método de ensino, é possível oferecer respostas educativas de melhor qualidade e mais significativas para os alunos, desse modo, o recurso complementa e auxilia na construção do conhecimento de forma concreta e gradual.

3. O Papel do Apoio Individualizado e o Desenvolvimento da Autonomia:

Além da intervenção específica, os atendimentos individualizados, o apoio constante e a orientação na organização de horários e auxílios nas interpretações de textos permitiram que ele se sentisse acolhido em alguns atendimentos, aumentando sua segurança e a capacidade de enfrentar suas dificuldades.

A melhora de sua autoestima foi um resultado indireto, mas fundamental, demonstrando que a inclusão vai além do conteúdo e se concentra na construção da confiança do aluno em





seu próprio potencial, de modo que o aluno ao ganhar as rodadas do jogo, ele mesmo conseguia observar que ele conhecia as informações necessárias para realizar as atividades correspondentes ao jogo. Isso se conecta diretamente com a visão de equidade de Carvalho (2005), que defende que a escola deve reconhecer as diferenças individuais para garantir oportunidades de sucesso para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio supervisionado no napne foi uma experiência transformadora e destacando que a inclusão não pode ser vista como um ato isolado, mas como um processo contínuo e sistêmico que exige a reestruturação das culturas, políticas e práticas pedagógicas da escola. A aplicação da metodologia de pesquisa-ação mostrou que a teoria de autores como Carvalho (2003) se materializa na prática, desde que haja um compromisso com a remoção de barreiras de forma criativa e adaptada.

A prospecção para a comunidade científica sugere a importância de investigar mais a fundo a eficácia de metodologias de trabalho potencialmente lúdicas para o ensino de conceitos abstratos, especialmente em contextos de ensino técnico. Além disso, a experiência ressalta a necessidade de novas pesquisas sobre a formação continuada de educadores, buscando estratégias para que a diversidade seja vista como uma riqueza e não como um obstáculo. A valorização de núcleos como o napne, previstos em documentos como a Portaria Normativa nº 38/2022 do IFSP, mostra-se fundamental para que as escolas se tornem, de fato, ambientes equitativos e acolhedores, capazes de construir a cidadania de todos os seus alunos.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos "is"**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo barreiras para a aprendizagem**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2003.

BRASIL. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Portaria Normativa N.º 38/2022-RET/IFSP**. São Paulo, 2022.





Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 19 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 19 out. 2025.

LIMA, Emilly Rafaela Lúcio de. **Jogo de tabuleiro de trigonometria**. Campos do Jordão: Produção própria, 2025. 1 imagem.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. **A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

SANTOS, M. P. **Desenvolvendo políticas e práticas inclusivas “sustentáveis”**: uma revisita à inclusão. Mimeo, 1999.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

WALLON, Henri. **As origens do caráter na criança**. Tradução de Heloisa Corrêa Freire. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.

